

Algumas reflexões sobre as relações entre a investigação, o projecto e a intervenção no património arquitectónico



Todo o projecto e posterior intervenção no património arquitectónico, qualquer que seja a sua escala, começa com a investigação, entendendo-se por esta o estudo, o conhecimento e a análise do edifício.

Os dados adquirem um carácter particular e manifestam-se no levantamento, seja o das patologias, o dimensional ou o histórico. O levantamento, como suporte fundamental para o conhecimento, não constitui uma tarefa fechada em si mesma, mas pelo contrário abre novas possibilidades de reinterpretação de dados, seja pelo avanço tecnológico, por novas investigações ou pela confrontação

com informação já conhecida. Talvez a única coisa “inalterável” desta fase sejam os dados dimensionais, uma vez que toda a outra informação funciona como variável que pode, inclusive, modificar “verdades” entendidas como absolutas, atendendo ao seu carácter essencialmente interpretativo. O rigor científico com que se devem realizar estas tarefas, fazem da análise uma etapa fundamental para o conhecimento dos elementos constitutivos do imóvel e das suas patologias.

A partir desta etapa, começarão a manifestar-se à priori, pré-



“Todo o edifício tem uma história e toda a alteração que ocorre desde a sua construção, seja por degradação dos materiais, negligência, novos usos, alteração na sua relação com a envolvente, origina uma página nessa história, que se torna necessário “ler”.



diagnósticos ou conclusões parciais das patologias que levarão a um juízo crítico que, como no caso do levantamento, deverão ser passíveis de reinterpretação.

É importante referir aqui a relevância da monitoragem da evolução do comportamento do edifício, quer na fase do diagnóstico quer para a avaliação dos efeitos das medidas correctivas e resultantes da intervenção.

Poderá perguntar-se porquê este contínuo voltar ao conhecimento já adquirido? Porque todo o edifício tem uma história e toda a alteração

que ocorre desde a sua construção, seja por degradação dos materiais, negligência, novos usos, alteração na sua relação com a envolvente, origina uma página nessa história, que se torna necessário “ler”.

Perante o que se disse atrás, é óbvio que qualquer intervenção no património arquitectónico deverá começar pela investigação que fundamentará o projecto e, consequentemente, a intervenção.

Na verdade, porém, a realidade é bem diferente e por diversos motivos: o desconhecimento das investigações realizadas, os diferentes critérios de intervenção dos Organismos que têm a seu cargo os projectos, objectivos distintos, etc., originam intervenções conjunturais. A investigação é, normalmente, feita ou por Laboratório Oficiais ou pelas Universidades, enquanto que a competência e autoridade para intervir no Património Arquitectónico, especificamente no classificado, está entregue a dois Organismos Oficiais – o IPPAR e DGEMN.

Esta situação pode descrever-se utilizando as palavras de Ortega e Gasset “....somos como esses remoinhos do deserto, em que parecendo uma coluna, cada uma das areias que a formam não reconhece a existência real das outras, mesmo que o vento que as impele seja o mesmo....”.

Assim são estes Organismos, formam o mesmo remoinho, quer dizer o mesmo fenómeno de afinidades, mas conhecem-se pouco e, nalguns aspectos, ignoram-se por completo. Torna-se então necessário encontrar os canais adequados para que os conhecimentos e realidades de cada uma destas Instituições sejam um só conhecimento e realidade, em benefício do nosso Património Arquitectónico.